

Questão 1 - (2015-FAURGS-TJ/RS- Titular de Serviços de Notas e de Registros — Provimento - Adaptada)

No que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

a) Leis expressamente interpretativas têm aplicabilidade retroativa, ressalvada a hipótese de prescreverem penalidade por infração dos dispositivos interpretados.

b) Os conceitos utilizados pela Constituição da República para atribuir competência tributária podem ser alterados pelo legislador do ente Público que a titularizar, dada a sua autonomia tributária e financeira.

c) O Código Tributário Nacional admite a utilização da analogia para a aplicação das hipóteses de incidência tributária a fatos juridicamente semelhantes àqueles por elas previstos, com vistas à promoção da igualdade.

d) Lei que estabeleça multa tributária menos gravosa somente pode se aplicar a fatos futuros.

e) A técnica da integração da legislação tributária pode se concretizar pelo uso da analogia, da equidade e da interpretação sistemática.

Questão 2 - Considere as seguintes afirmações.

I. O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.

II. A lei aplica-se a ato pretérito não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

III. Nos termos do CTN, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I

b) II

c) III

d) I e II

e) II e III

Questão 3 (FCC - 2012 - PGM - João Pessoa - PB - Procurador Municipal)

Quando se afirma que “o conceito de obrigação principal é, portanto, mais amplo do que o de tributo propriamente dito” (DERZI, Misabel Abreu Machado. In: BALLEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 701), o trecho faz menção ao objeto de obrigação tributária principal e significa que obrigação principal

a) e obrigação acessória têm objetos coincidentes no que se refere ao

tributo pois, enquanto a obrigação principal tem por objeto pagamento de tributo, a obrigação acessória tem por objeto deveres instrumentais.

b) tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade e, por si só, tributo não se confunde com penalidade, muito embora ambos integrem o objeto da obrigação principal.

c) e obrigação acessória têm objetos distintos, pois a primeira tem por objeto o tributo e a segunda a penalidade.

d) e obrigação acessória têm objetos distintos, pois a primeira tem por objeto a penalidade e a segunda o tributo.

e) pressupõe a obrigação acessória, pois enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo, a obrigação acessória tem por objeto o pagamento de penalidade.

Questão 4 (FGV – 2022 – SEFAZ-AM- Auditor de Finanças)

Alexandre Peres, com 14 anos, passou a receber valores a título de propaganda no seu canal de *Youtube*, com receita superior à isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

Assinale a opção que indica a situação de Alexandre, por ele ser menor, diante do IRPF.

- a) Só pode ser contribuinte se for emancipado.
- b) Não, o contribuinte será um dos seus pais.

c) Não há incidência de IRPF para menores.

d) Por auferir renda, pode ser contribuinte.

e) Seus pais serão solidariamente responsáveis, mesmo que seja possível cobrar do menor.

Questão 5 (XXI Exame da Ordem 2016/2017 – Adaptada)

A Pessoa Jurídica ABC verificou que possuía débitos de Imposto sobre a Renda (“IRPJ”) e decidiu aderir ao parcelamento por necessitar de certidão de regularidade fiscal para participar de licitação. Após regular adesão ao parcelamento e diante da inexistência de quaisquer outros débitos, a contribuinte apresentou requerimento para emissão da certidão. Com base nessas informações, o Fisco deverá:

a) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de extinção do crédito tributário

b) indeferir o pedido, pois a certidão somente poderá ser emitida após o pagamento integral

do tributo em atraso.

c) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

d) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de exclusão do crédito tributário

e) indeferir o pedido, eis que a certidão positiva com efeitos de negativa não confere status de regularidade fiscal à empresa

Questão 6 (2016 — FAURGS — TJ RS — Juiz de Direito Substituto - Adaptada)

No que se refere à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, considere as afirmações abaixo.

I - É possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança preventivo mesmo nos casos em que não há lançamento tributário

II - A moratória tributária e o parcelamento tributário têm previsões distintas no Código Tributário Nacional pelo fato de possuírem natureza jurídica e regime jurídico distintos.

III - As hipóteses elencadas no artigo 151 do Código Tributário Nacional são exemplificativas, segundo previsão do próprio CTN.

IV - O depósito como hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário tem por finalidade garantir a demanda, razão pela qual não se restringe a dinheiro, alcançando qualquer bem cujo valor cumpra a sua finalidade.

Quais estão corretas?

Alternativas

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas I, e II.

Questão 7 (IBADE — 2022 - ES-MG — Área de Direito - Adaptada)

Em determinado processo — administrativo, fiscal foi imposta Sanção a José, tendo em vista o descumprimento de certos preceitos

contidos na legislação tributária. A autoridade fazendária lançou efetivamente o crédito tributário, aplicando ao referido contribuinte a penalidade cominada pela norma. Acontece que, no intercurso do referido processo administrativo, sobreveio lei tributária mais benéfica, cominando penalidade menos severa do que a anteriormente prevista.

Dessa forma:

a) a nova lei tributária não pode ser aplicada, tendo em vista o princípio da irretroatividade.

b) a nova lei tributária não pode ser aplicada, tendo em vista a aplicação do ato jurídico

perfeito,

c) a lei tributária que cominava penalidade mais grave aplica-se somente aos processos administrativos pendentes de apreciação pela autoridade fazendária.

d) a lei tributária que cominava penalidade mais grave aplica-se aos processos administrativos

pendentes e futuros de apreciação pela autoridade fazendária.

e) a nova lei tributária pode ser aplicada, tendo em vista o princípio da retroatividade benigna.

Questão 8 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/SP 2010 - FCC — PROCURADOR - Adaptada)

Em tema de exclusão do crédito tributário, é correto afirmar:

a) A anistia abrange as infrações cometidas antes ou depois da vigência da lei que à

concede, aplicando-se aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.

b) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

c) A anistia somente pode ser concedida em caráter geral e ilimitadamente às infrações da legislação relativa a determinado tributo, porém com prazo certo e determinado.

d) A isenção não pode, em qualquer caso, restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de violação princípio da igualdade tributária.

e) A exclusão do crédito tributário dispensa ilimitadamente o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Questão 9 (MOVENS – 2009 – PCPA - Delegado de Polícia – Adaptada)

A evasão tributária e a elisão tributária são institutos de direito tributário. A respeito dos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção correta.

a) A evasão tributária é mecanismo lícito para a maior parte da doutrina.

b) A sonegação, a fraude e o não cumprimento de obrigações acessórias são considerados crimes contra a ordem tributária.

c) Evasão e elisão são sinônimos para fins tributários.

d) A elisão é identificada por grande parte dos doutrinadores com o planejamento tributário

lícito.

e) A fraude tem um caráter omissivo, enquanto a sonegação tem caráter comissivo.

Questão 10 (2015 - FCC -TCOM-RJ – Procurador da Procuradoria Especial - Adaptada)

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, considere:

I. Existe presunção *iure et iure* de fraude à execução a alienação de bens após a citação do devedor no processo de execução fiscal

II. À cláusula de impenhorabilidade de bens definida entre particulares

não pode ser invocada na cobrança de crédito tributário.

III. O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais, mas se decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo de falência são considerados extraconcursais.

IV. As multas tributárias não gozam da mesma preferência do crédito decorrente do tributo,

ficando após os créditos quirografários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 11 (2015 Banca FUNDEP/Gestão de Concursos-TCE-MG-Auditor/Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas - Adaptada)

Sobre certidões de regularidade fiscal e / ou suspensão da exigibilidade do crédito tributário e de acordo com o posicionamento dominante no Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A propositura de ação anulatória por si só confere ao autor o direito de obter certidão positiva com efeito de negativa.

b) Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é legítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

c) Em caso de extinção do processo judicial sem resolução de mérito, depósitos realizados para suspensão da exigibilidade do crédito tributário deverão, em regra, ser convertidos em renda a favor da Fazenda Pública.

d) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

e) A Administração Tributária pode realizar lançamento — tributário — para — prevenir a decadência, mesmo existindo causa de suspensão da exigibilidade em favor do sujeito passivo.

Questão 12 (FGV — 2022 — OAB - Exame de Ordem Unificado - XXXVI — Primeira Fase — Adaptada)

Em 10 de maio de 2020, a sociedade empresária ABC Lidas sofre fiscalização federal. Diante da omissão quanto ao envio mensal das informações fiscais, bem como da falta de pagamento do IPI referente ao exercício de 2019, a empresa é autuada em R\$ 100.000,00. Em 20 de junho de 2020, a empresa recebe notificação de pagamento no prazo de 30 dias.

Você é chamado(a) para defender os interesses da empresa nesse processo no mesmo dia da notificação, pretendendo adotar providências logo no dia seguinte e refletindo sobre a possibilidade de adotar o mecanismo da denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional (CTN). Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Poderá ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, já que ainda não foi ajuizada a ação de execução fiscal.

b) Poderá ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, já que ainda se está dentro do prazo de pagamento.

e) Poderá ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, desde que seja feito o pagamento de todos os encargos punitivos.

d) Não poderá mais ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea, pois o limite legal para adoção deste benefício é de 40 salários mínimos.

e) Não poderá mais ser adotado o mecanismo de denúncia espontânea após o início de qualquer Procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

Questão 13 (OAB/FGV — XXIX Exame - Adaptada)

A Fazenda Pública apurou que fato gerador, ocorrido em 12/10/2007, referente a um imposto sujeito a lançamento por declaração, não havia sido comunicado pelo contribuinte ao Fisco. Por isso,

efetuiu o lançamento de ofício do tributo em 05/11/2012/ tendo sido o contribuinte notificado desse lançamento em 09/11/2012, para pagamento em 30 dias. Não sendo a dívida paga, nem tendo o contribuinte impugnado o lançamento, a Fazenda Pública inscreveu, em 05/10/2017, o débito em dívida ativa, tendo ajuizado a ação de execução fiscal em 08/01/2018.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A cobrança é indevida, pois o crédito tributário foi extinto pelo decurso do prazo decadencial.

b) A cobrança é indevida, pois já teria se consumado o prazo prescricional para propor a ação de execução fiscal.

o) A cobrança é devida, pois a inscrição em dívida ativa do crédito tributário em 05/10/2017, gerou a interrupção do prazo prescricional.

d) A cobrança é devida, pois não transcorreram mais de 10 anos entre a ocorrência do fato gerador (12/10/2007) e a inscrição em dívida ativa do crédito tributário (05/10/2017).

e) A cobrança é devida, pois a inscrição em dívida ativa suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Questão 14 (Juiz de Direito — TI/PR
- Adaptada)

São modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) a remissão e o parcelamento
- b) o parcelamento e a moratória**
- c) a anistia e a moratória
- d) a remissão e a anistia
- e) o depósito integral e o pagamento